

O ESTUDO DO CONCEITO DE NATUREZA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Tulio Barbosa¹
Eliseu Savério Sposito²

Introdução:

Definir natureza é ainda uma discussão muito ampla e fundamental dentro da Geografia, as dificuldades para conceituar natureza ficam nítidas nas práticas pedagógicas dos professores ao lecionarem. Uma vez que, muitos professores e muitos livros didáticos colocam a natureza como algo distante do homem, logo os alunos não terão a capacidade crítica para percorrerem a natureza em si, na sua casa, no seu bairro, na sua cidade; portanto, a natureza distancia-se do homem e a degradação da mesma é algo distante do homem, mas o homem não consegue capturar a sua própria degradação.

Para que o conceito de natureza possa ser realmente compreendido e trabalhado corretamente é necessário partirmos de análises epistemológicas do mesmo, adentrando os meandros da categoria de natureza e sua utilização contemporânea. Assim, partiremos da questão de método e sua influência na construção da natureza em seus múltiplos e decisivos aspectos na educação geográfica.

Preocupado com o alcance e divulgação do conhecimento científico, executamos este trabalho instigado pela escrita e leitura didática, permitindo uma compreensão significativa para professores e alunos. Assim, levantaremos pontos decisivos para uma ampla e significativa compreensão, bem como da utilização do conceito de natureza nos livros didáticos de Geografia. Todavia, neste texto buscaremos alcançar questões epistemológicas cujas possibilitem irmos além do que está posto nos livros didáticos, ou seja, superarmos os conceitos estabelecidos trabalhando com os mesmos ora superando-os ora melhorando-os.

Neste texto não evidenciaremos qualquer livro didático até agora estudado, mas levantaremos pontos fundamentais para o estudo dos mesmos, mas não pretendemos de nenhuma maneira aqui conceber uma metodologia única para a análise do livro didático de Geografia, sim alinharemos alguns pontos necessários para qualquer professor com seus respectivos alunos realizarem uma leitura além do que está escrito.

¹ FCT – UNESP – Presidente Prudente – SP tuliounesp@bol.com.br

² essposito@prudente.unesp.br

O Método: para percorrer a natureza

Agrupar, classificar, enumerar...quando pronunciamos a palavra método a maioria das pessoas, principalmente os estudantes, pensam nas três primeiras palavras deste parágrafo, ou seja, erroneamente acreditam que o método engloba uma metodologia estática, inalterada com muitas fórmulas matemáticas fixas e impossíveis de serem modificadas. Mas, esta forma de pensar o método é apenas um dos métodos de enxergar e compreender o mundo que passou (a História) e o mundo que aí está (a Geografia). O mundo não é estático, o mundo move-se e é movido diariamente.

Ao olharmos o mundo e seus acontecimentos cotidianos emitiremos opiniões variadas, por exemplo, ao olharmos para um mendigo maltrapilho, sujo e embriagado sentado na calçada pronunciaremos muitas análises, uns dirão: é um vagabundo alcoolizado, outros: falta uma religião para este pobre homem, mais ainda: pela agressão da diferenciação própria do capitalismo resulta na concentração de riquezas para poucos e miséria para a maioria, portanto, tal homem sentado é mais uma vítima do capital. Enfim, são muitas análises que serão feitas.

Outro exemplo, uma garotinha pede dinheiro: o religioso dará no intuito de agradar Deus, o ateu dará como parte de sua responsabilidade social. Tais opiniões quanto aos acontecimentos diários no mundo que aí está partem de análises individuais, todavia influenciadas pelos meios de comunicação, pela religião ou pela ciência. Nossa opinião, o “achismo” cotidiano, está engendrada nos alicerces de nossa metodologia (do método em si) e cremos fortemente no que consideramos a verdade, e é exatamente isto que **não** pode ocorrer na ciência: a certeza de uma verdade absoluta por conveniência, uma vez que é papel da ciência fazer uma investigação mais ampla e compromissada com a mudança social, sobretudo no plano do agir no meio através da relação homem-natureza.

Portanto, os variados métodos são pontos científicos diferenciados quanto aos conhecimentos e suas análises, cada método agrupa considerações importantes para a compreensão do mundo e propostas de intervenção na realidade. Logo, os métodos influenciam diretamente a construção de categorias e conceitos, neste caso a natureza.

Os professores realizarão suas leituras de mundos conforme suas identificações metodológicas, quanto a natureza esta será direcionada segundo as necessidades do método trabalhado pelos professores.

Afinal, o que é método?

Moraes (1997, p. 67) explica:

O exame dos métodos científicos – entendidos não como instrumental técnico de pesquisa mas como armação lógico-teórica da análise e reflexão – permite agrupar os esforços de várias áreas do conhecimento numa avaliação acima das divisões entre as diferentes ciências. Pois todo trabalho científico envolve necessariamente posicionamentos metodológicos.

Para Santos (1985) o método empregado precisa considerar a análise do espaço como um todo, dividir o objeto pesquisado não significa fragmentá-lo, sim desdobrá-lo para um maior compreensão. Santos (1985) enumera os elementos do espaço e suas funções, portanto, esta é sua metodologia, quanto ao método é muito mais complexo e envolvem questões filosóficas.

Só que a complexidade filosófica não deve nunca pertencer de forma exclusiva a academia, mas, indubitavelmente, alcançar os professores do ensino fundamental e médio, os quais são as bases para a construção do conhecimento e o início de qualquer intervenção possível no espaço pelos alunos.

Toda filosofia é prática, inclusive aquela que, a primeira vista, parece a mais contemplativa; o método é uma arma social e política: o racionalismo analítico e crítico de grandes cartesianos lhes sobreviveu; nascido da luta, voltou-se sobre ela para iluminá-la; no momento em que burguesia empreendia a sabotagem das instituições do Antigo Regime, ele atacava as significações ultrapassadas que tentavam justificá-las. (Sartre, 2002, p. 20)

Assim Jean-Paul Sartre evidencia o **método como arma social e política**, tendo como exemplo o papel da filosofia na formação do Estado francês. Ao tecermos as questões de método e orientarmos mais questões ou respostas para grupos exclusivos nas academias, distanciaremos o papel revolucionário do método e dos professores.

A construção do conhecimento ocorre na definição do referencial teórico e a sistematização de conceitos, idéias, categorias e paradigmas (destruindo-os, desdobrando, reconstruindo ou formulando novos), portanto, o método é o resultado do pensar científico somado em uníssono com a filosofia.

Sposito (2004) elenca quanto aos elementos do método a realidade científica internalizada no pesquisador e utilizada pelo mesmo, através de doutrina, teoria, leis, conceitos e categorias.

O método é visão de mundo a partir da ciência/filosofia, mas deve ser uma visão de mundo ampla, necessária, dinâmica e comprometida com a justiça, a igualdade, a

democracia, a fraternidade e a liberdade. Assim, o mendigo embriagado e a garotinha pedindo uns trocados podem ser enxergados de formas diferentes resultadas da diferenciação dos métodos.

Por muito tempo a ciência era ensinada nas escolas como imparcial, ou seja, para ser científico não existia parcialidades e o empirismo prático confirmava a validade da ciência. Portanto, não existia a valorização de novas formulações categóricas e conceituais, como que perpetuando paradigmas. O método trabalhado era majoritariamente positivista, com origem em Comte.

A filosofia positivista moldou o método científico no século XIX e grande parte do século XX. Tal método consiste basicamente na não intervenção na realidade, parte sempre de análises sistemáticas, acredita em leis universais prontas e estáticas, valorização da ciência exata (principalmente a matemática), utilização abusiva da descrição, busca pelo conhecimento concreto e útil, redução de toda ciência a um único método (mas não a uma única metodologia, já que cada ramo específico da ciência deveria ser trabalhado de forma heterogênea, todavia sob os auspícios do método positivista), a manutenção do status quo e da ordem social - política estabelecida. (Comte, 1983).

A Geografia influenciada por tais pontos positivista na década de 1950 valoriza a descrição dos lugares, a diferenciação sistematizada de regiões, as operações matemáticas-estatísticas, a manutenção da ordem social e política. Neste período a natureza representava apenas um ponto para diferenciar regiões e o homem estava muito além da mesma, pronto para dominá-la segundo suas vontades. A natureza nada mais era que algo distante do homem e o ser humano agia como que separado da mesma, vivendo em um outro plano tridimensional.

Esta concepção metodológica é muito forte ainda, isto pode ser evidenciado principalmente na mídia atual, sempre nos programas, filmes, novelas, comerciais a natureza é exposta como utilizável, comprável, servível e muitas vezes exótica, tudo isto contribui no imaginário das pessoas e depois haverá ações baseadas nesta concepção de natureza.

Lacoste (2003) preocupa-se com a questão das paisagens como espetáculos organizados por empresas privadas, isto é, a natureza como que exclusiva para apenas aqueles detentores de rendas favoráveis para comprar tal espetáculo. A natureza enquanto mercadoria, produto enlatado, negociado por empresas turísticas. A natureza não está no cotidiano, está na agência de turismo.

Por isso, é importante a construção comprometida da categoria natureza e suas corretas explicações conceituais, o comprometimento do educador ao desejar conhecer as

questões de métodos e adentrá-los para corrigir e até mesmo evitar erros na edificação do saber.

A partir da década de 1970 na Europa a Geografia desperta de sua passividade e de sua parcialidade (ou seja, sua imparcialidade era um claro comprometimento com as classes dominantes, como recomendava Comte na manutenção do status quo), a Geografia esboça reações decisivas para arrebentar os grilhões da ideologia passional da ciência.

Segundo Sposito (2004 p. 72):

A ciência não pode estabelecer verdades absolutas nem se propor a ser definitiva. Mesmo que, dependendo, da base doutrinária do conhecimento produzido, a condução da produção do conhecimento possa variar: para as correntes positivistas e neo-positivistas, o conhecimento se faz a partir do rigor da linguagem e do distanciamento entre sujeito e objeto...

O movimento da Geografia da década de 1970 ficou conhecido como crítico ou radical, assim Oliveira (2003, p. 34) define o grupo de geógrafos que inicia suas atividades teóricas:

Um grupo que tem procurado criticar a produção da Geografia atual, e os geógrafos, seus atores, para compreendê-los historicamente, ir além da geografia. Ou, por outras palavras, chegar a história não a historiografia. Comprometendo-se com a transformação da sociedade, comprometendo-se com os trabalhadores no processo de transformação inevitável que a sociedade se insere.

A crítica da Geografia da década de 1970 sobre a Geografia tradicional e/ou nova Geografia, é uma crítica de método, de concepção metodológica na visão, discussão e na intervenção no mundo.

Enfim, o método é o ponto decisivo na manutenção, na construção ou na reformulação de mundo, de justiça, de natureza, de homem...

A Geografia crítica faz uma nova opção metodológica, alcança as teorias revolucionárias marxistas, sorvendo dos ideários socialistas e comunistas, fazendo uma frente justa contra a expansão capitalista e suas múltiplas conseqüências degradantes para homens e para a natureza.

A dialética materialista, então, torna-se o método da Geografia crítica, agora o sujeito não está mais distante do objeto e a ciência não é fundamentada no mundo estático, uma

vez que o mundo é movimento e tal movimento parte da História do próprio homem. E o questionar constante é prática válida e muito necessária neste método, cujo movimenta-se com o sujeito e com o objeto.

A natureza passou a ser fitada pela Geografia como parte da sociedade, sendo transformada não para o benefício de todos (como a filosofia positivista expressava na Geografia na década de 1950), mas sua transformação ocorre por causa do interesse de grupos dominantes, cujos enxergam na mesma possibilidades de ganhos e lucros. Neste sentido, ao plantar soja no cerrado brasileiro, o agricultor (ou como está em voga ultimamente: o empresário rural) não pensa no findar da fome no Brasil, mas sim nos seus ganhos, portanto, a natureza fica sempre em função dos interesses particulares, margeada pelas condições econômicas e pelas possibilidades de fomento do capital.

A natureza, após a década de 1970, não é exclusiva das ciências da terra, a natureza não pertence a chamada Geografia Física e nem esta dicotomia geográfica é mais aceita, afinal a Geografia não divide-se em física e humana, mas apenas Geografia e a natureza constitui objeto e sujeito desta ciência.

A experimentação do mundo mostra que a natureza não se reduz a este ou àquele paradigma, a uma face de traços ou predominantemente físicos (um todo inorgânico, fragmentário e mecânico), ou predominantemente biológicos (um todo orgânico, unitário e vivo). Isto porque antes de tudo a natureza é história. (MOREIRA 2004, p. 44-45)

A perspectiva da Geografia crítica quanto a natureza despertou no ensino da mesma uma compreensão mais ampla, ou seja, a natureza é transformada por seus processos endógenos e exógenos somados a ações antrópicas, todavia tais ações são ordenadas pelos interesses estatais, privados, econômicos e muitos outros, portanto, como escreveu Moreira (2004) a natureza é história.

A relação homem-natureza durante a História sempre foi heterogênea no sentido do primeiro utilizar a segunda, isto é, o homem com seus comportamentos culturais, sociais e econômicos diferenciados durante a História, produziu, portanto, inúmeras variações referentes a sua vinculação e relação com a natureza, uma vez que o homem modifica a natureza a partir de sua lógica nas suas atividades realizadas. (BARBOSA, 2004, p. 163)

Segundo Barbosa (2004) a lógica social, econômica e cultural é determinante no comportamento do homem para com a natureza, assim no decorrer da História esta relação muito foi modificada.

Gomes (1991) coloca a natureza e o homem fitados pelo materialismo histórico e dialético como impossíveis de serem separados quando estudados. A Geografia Crítica labuta sobre esta perspectiva de método, com isso os professores adentram no ensino comprometido em ir além do que o mundo aparenta no momento e a natureza é apresentada como parte do homem (agredi-la, prejudica-o).

Moreira (1982) coloca a natureza em contínua conversão das formas naturais para sociais: “*Portanto, a história dos homens é a história da transformação permanente e continuamente acumulativa da natureza em sociedade...*” (p. 36). A natureza, para Moreira (1982), estrutura-se segundo as determinações sociais e econômicas: “*O modo de produção determina a formação econômico-social em toda a sua multiplicidade de aspectos.*” (p.37).

A dialética marxista incorpora-se nas análises geográficas, resultando em muitos benefícios para entender o mundo que aí está. Todavia, muitos autores da Geografia Crítica adentraram no discurso pelo discurso marxista, este quadro improdutivo para a Geografia já havia sido alertado por Milton Santos em 1982 no livro organizado por ele, cujo título é: *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. O discurso pelo discurso, significa martelar o prego já encaixado na madeira, ou seja, as categorias geográficas sofrem as mesmas análises por muitos anos seguidos, nada acrescentando, apenas reproduzindo idéias ora de Marx ora de outro marxista.

Santos (1982, p. 134) escreve: “*Mas a Geografia tem muito a oferecer para o avanço da teoria marxista como um todo.*” E toda a obra de Milton Santos é prova de sua própria afirmação.

Sartre (2002) aponta na sua obra elementos explicativos quanto a dialética marxista, e um dos pontos é a natureza na dialética e a dialética na natureza, sendo a dialética movimento contínuo, para o filósofo a dialética da natureza é a natureza que caminha segundo suas próprias leis. Em outras palavras a natureza é natureza, a questão da dialética natural imposta pelo materialismo histórico e dialético, encobre a natureza em si.

O materialismo dialético, segundo Sartre (2002), explica a natureza em si argumentando para uma dialética enquanto fatos, portanto, os fatos que podem ser melhores compreendidos a partir da citação abaixo:

Quando dizemos que a Terra gira, já não temos o sentimento de enunciar uma proposição ou de referir-mos a um sistema de conhecimentos: pensamos estar na presença do próprio fato que,

desse modo, nos elimina como sujeitos cognoscentes para restituirmos à nossa “natureza” de objetos submetidos à gravitação. Portanto, é perfeitamente exato para quem pretende ter um ponto de vista realista a respeito do mundo que o conhecimento suprime-se a si mesmo para *devir-mundo* e isso não é somente verdadeiro em relação a filosofia, mas em relação a todo o saber científico. Quando o materialismo dialético pretende estabelecer uma dialética da Natureza, não se revela como uma tentativa para estabelecer uma síntese muito geral dos conhecimentos humanos, mas como uma simples organização dos fatos. (2002, p. 147)

A natureza em si é a própria natureza, a força da mesma, a ação e os movimentos próprios e contínuos segundo suas leis. Surge, assim, duas naturezas, aparentemente duas, ou melhor, erroneamente duas: *Natura naturata* e *natura naturans*, respectivamente, não existe a natureza natural e a natureza transformada pelo homem, o que realmente existe é a natureza.

O homem é natureza, mas este transforma-a segundo sua lógica do momento histórico em que vive, portanto, para o homem transformar a natureza deve transformar seus valores e objetivos.

Primeiro o homem compõe sua lógica de vida, compõe seu ser e seu pensado mundo, a partir deste ponto é que o homem irá capturar a natureza (no sentido exploratório ou harmonioso).

A natureza não se expande até o homem, pois o homem é natureza, mas o homem não entendendo que é natureza expande até e além da mesma. A expansão do homem deveria ser direcionada até suas necessidades fundamentais nos aspectos físicos e biológicos (como todos os animais), mas o homem conseguiu ir além e com esta sua capacidade abdicou de sua condição de ser natureza, para ser na sua visão não-natureza.

Indubitavelmente, a natureza incorpora o homem nas suas leis, mas o homem finge não fazer parte das mesmas leis: o próprio nascer é lei natural, o desenvolver até alcançar a senilidade e a morte também. Mas o homem vive na amnésia de si, de sua condição de natureza.

Afinal, o que isto implica para o homem? Para a Geografia ?

A consciência da condição humana ao estar ligada diretamente as leis próprias da natureza, revela ao homem a importância de conhecer tais leis e como os aspectos humanos interferem nas mesmas.

O papel do professor é criar no aluno uma visão dialética social, econômica, cultural e muitos outros itens relacionados ao homem e suas ligações com o próprio homem e com a natureza, fazendo o aluno questionar a validade das ações humanas sobre o próprio homem e sobre a natureza. Ao mesmo tempo, os professores precisam fundamentar a natureza como regida por forças próprias e muitas vezes prejudicadas pelas ações humanas.

Urge ao professor alcançar um método congruente com a responsabilidade social e ambiental nas suas enumerações de igualdade e justiça. Sempre refletindo que o social está no ambiental e o ambiental involuntariamente também está no social. Mas se o homem é natureza, o social também não será? Inquestionavelmente, o social é também natureza, a natureza transformada pela própria natureza, neste caso a natureza humana.

A natureza nos livros didáticos

O tradicional professor de Geografia tem como sua fonte primordial de conhecimento o livro didático, assume o mesmo como verdade absoluta e irrefutável, motivando seus alunos a seguirem tópico por tópico do livro e com isso há uma subtração gradativa da capacidade do aluno pensar além do que está escrito, desenhado, cartografado, enfim, o aluno não consegue ultrapassar aqueles pontos estabelecidos pelos autores e também não relacionam o aprendido com o vivido. Assim, as lições geográficas adentram na inatividade dos alunos, percorrendo a Geografia em seus raciocínios estáticos o mundo também torna-se estático. E o mundo é dinâmico, rápido, envolvente, dialético, portanto, os professores ao trabalharem com os livros didáticos de Geografia devem ir além das informações contidas nos mesmos.

A Geografia é responsável pela compreensão conjuntural do mundo, logo ao ser indevidamente trabalhada produzirá pontos inertes e mortos diante da relação da própria estrutura e da conjuntura que está.

O professor de Geografia ao trabalhar com os livros didáticos precisa superar as palavras ali contidas e expressas, até mesmo discordando e encontrando erros nos livros didáticos. Uma vez que, o professor ao laborar e provar para seus alunos a sua capacidade de (des)construir uma informação nos livros, despertará nos mesmos a dialética e a naturalidade de superar modelos postos. A (des)construção urge sob os auspícios do entendimento amplo de certas situações, atitudes, pensamentos, mapas, livros, através da análise epistemológica dos conceitos e categorias geográficas. Assim, um mapa não será apenas uma representação de certa porção do globo terrestre, o mapa será utilizado para análises do espaço, do lugar, do território e até mesmo da paisagem, bem como todo o livro didático.

A Geografia não pode separar jamais o homem e a natureza, uma vez que ambos são faces particulares da mesma moeda. O homem é resultado inicialmente dos processos da própria natureza, apenas posteriormente sua construção e conceituação enquanto homem vai sendo realizada através dos processos históricos. A natureza é, infelizmente tratada por muitos autores, como apenas cenário para a história humana.

Os professores ao trabalharem com livros didáticos precisam motivarem os alunos a analisarem detalhadamente os conceitos empregados pelos autores, fomentando nos alunos a vontade de superar o que aí está.

Ao alcançarem a natureza nos livros didáticos, cuja geralmente é separada da Geografia humana, o professor precisa indagar com os alunos o que é natureza. Muitos livros didáticos do terceiro e quarto ciclo trabalham com o homem enquanto ser exterior a natureza, logo possibilita no aluno uma inversão conceitual resultando na admiração múltipla do aluno pelo ser humano e pelas coisas construída pelo homem, uma vez que a natureza é representada como algo intocável pelo homem, e aquilo que já foi modificado pelo ser humano é não natural: artificial.

A artificialidade adentra no conceito de modernidade e esta traduz-se por superação do antigo, ou seja, o objeto X feito ontem foi melhorado e hoje está, portanto, moderno. Não adentraremos na discussão do que é moderno, sua utilização e seu impacto enquanto conceito empregado diariamente, todavia consideramos fundamental estudar tal conceito.

O aluno contamina-se com a própria estrutura do sistema contemporâneo capitalista, abdicando muitas vezes de suas idéias para adotar artifícios de outros, mas que diante do mundo artificial parece melhor qualificado.

O cuidado maior do professor deverá estar na relação e na articulação do conceito de natureza no cotidiano do aluno, pois o aluno consegue compreender aquilo que está próximo de sua realidade (por não ter idade suficiente para abstração ou por ter um número muito reduzido de leituras e seu raciocínio, com isso, não consegue superar o presente, nem o escrito e nem nada no mundo que aí está).

A natureza é a realidade, o aluno é natureza, o homem é natureza, e não podemos fugir desta condição, estamos condenados ao ciclo interminável e inesgotável do nascer – crescer – envelhecer e morrer. Por mais que o homem tente distanciar da natureza, ele é natureza e nunca conseguirá superar esta condição.

O grande problema é que ao permitirmos o homem abdicar de sua condição de natureza significa que ele estará deixando livre o caminho para qualquer intervenção humana ser realizada na natureza. Mas, afinal, qual é o problema do homem não se enxergar enquanto natureza?

Há muitos problemas entre eles a subsunção do mundo natural pela artificialidade, ou melhor, as modificações realizadas na natureza são subordinadas aos interesses humanos, mas não de todos os seres humanos, sim de apenas uma pequena parcela de grupos dominantes economicamente, tecnologicamente e até (ou principalmente) culturalmente.

A natureza sofre processos predatórios diariamente em todo o planeta: milhares de hectares de florestas queimadas com a finalidade de serem transformadas em pastos ou plantações modernas (causando posteriormente muitos problemas como erosões, assoreamentos das superfícies aquáticas, empobrecimento do solo e contaminação do ar, água e terra). E todos os investimentos realizados ora pelo capital privado ora pelo poder público não serão socializados.

A natureza nos livros didáticos de Geografia não se resume a nomes de animais em extinção e nem a quantificação de áreas verdes, muito menos quais rios são afluentes deste ou daquele rio principal, há necessidade de ir além das descrições físicas (que indubitavelmente são importantes, mas não únicas) e penetrar no universo de interesse da dominação do homem pelo capital.

Todavia, para existir a superação do conceito de natureza e da dicotomia errônea entre o humano e o natural, traduzido pessimamente como homem e artificial, assim é necessário a destruição da alienação dos alunos movendo-os ao encontro e solução de problemas, para isso o professor precisa articular o mundo escolar com o mundo cotidiano, por exemplo o professor pode trabalhar as questões dos livros didáticos somados aos noticiários televisivos ou nos jornais escritos que certa região está muito bem com a monocultura da soja. O professor precisa questionar: soja para quem? Modernizando estas regiões quem serão beneficiados? E a natureza está preparada para ter outro ritmo imposto pela artificialidade? E o homem enquanto natureza neste processo?

Urge, portanto, a necessidade do professor de Geografia trabalhar com livros didáticos e adequá-los aos alunos de maneiras variadas, porém centradas na responsabilidade de superar o presente e este mundo desigual e injusto.

Trabalhar com o conceito de natureza não enquanto cenário do homem, mas enquanto extensão e intenção do homem e do meio-ambiente. O homem não como parte da natureza, mas congruente a esta e a natureza congruente ao homem. Para isso é necessária a superação da alienação e da inferiorização do homem por sua resignação do mundo que se encontra.

Segundo Souza (2004, 35):

A resignação é um dos mecanismos mais eficientes de controle social porque ele se estabelece no interior, na subjetividade do próprio sujeito social, seja ele indivíduo ou classe social. Aceita-se a ordem social, suas leis, seus mecanismos, seus horizontes como algo inevitável e que não tem como nem por que sofrer mudanças. Se existe miséria é porque assim tem que ser, é parte do destino de cada um, é a vontade de Deus.

Logo, o professor de Geografia precisa ultrapassar estas barreiras ideológicas impostas por forças dominantes e igualar o homem e a natureza, questionando com os alunos os livros didáticos e suas formas de transmitirem a natureza.

O professor precisa ficar atento com a imposição ideológica do livro didático e até que ponto isto influencia na construção do conhecimento e no reconhecimento da transformação da natureza e para quem e com quais objetivos ela é transformada.

REFERÊNCIAS

- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. São Paulo: DP&A, 2002
- COMTE, Auguste. *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. É possível uma “Geografia Libertadora” ou será necessário partirmos para uma práxis transformadora. *Cosmos*
- MOREIRA, Ruy. *O círculo e a espiral: para a crítica da geografia que se ensina*. Niterói: AGB, 2004.
- GOMES, Horieste. *Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia*. Goiânia: UFG, 1991.
- BARBOSA, Tulio. Educação ambiental, formação de cooperativas e gerenciamento dos resíduos sólidos: linhas fundamentais para os municípios brasileiros. *Ciência Geográfica*: ano X, v. X, n. 2- maio-agosto de 2004. Bauru: AGB.
- LACOSTE, Yves. Para que serve a paisagem? O que é uma bela paisagem?. Tradução Luis Antônio Bittar Venturi. *Boletim Paulista de Geografia*. v. 79. Ano 2003. Pg. 115-150.
- SOUZA, Hebert José. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.